“Naquela época nós trabalhávamos com a constituição debaixo do braço.”: O discurso jurídico dos direitos sexuais e sua apropriação no contexto escolar.

Eliana Teresinha Quartiero
Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela UFRGS
Endereço eletrônico: elianaqu@gmail.com

Priscila Pavan Detoni
Psicóloga, mestranda do PPG Psicologia Social e Institucional – UFRGS.
Bolsista Reuni
Endereço eletrônico: pridetoni@yahoo.com.br

Henrique Caetano Nardi
Professor do PPG de Psicologia Social e Institucional – UFRGS.

Neste trabalho exploramos o surgimento e a instalação de um discurso jurídico sobre direitos sexuais no contexto de um cotidiano escolar. Esta análise parte de uma pesquisa desenvolvida dentro de um projeto de dissertação de mestrado, onde se acompanhou numa escola da rede pública estadual em Porto Alegre os desdobramentos e possíveis reverberações de uma formação de professores direcionadas ao combate à discriminação por orientação sexual. Este estudo foi realizado acompanhando-se a rotina de uma escola de ensino fundamental e as práticas dos educadores/as frente a situações de conquistas de direitos de indivíduos considerados de orientação sexual “periférica” ou “diferenciada”. A escola pertence a rede estadual e abrange todo o ensino fundamental, tem 480 alunos e em torno de 35 professores. A escola se situa em um bairro próximo ao centro de Porto Alegre.

Na área da educação, a implementação de ações visando à igualdade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia está amparada nas propostas de ações governamentais relativas à educação que se encontram no Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Brasil Sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) que surgiram a partir de lutas e reivindicações que se fortaleceram e cresceram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em 2004 houve o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BSH), este programa se comprometeu a desenvolver ações no âmbito da educação tendo como meta uma *educação inclusiva e não-sexista*, propondo, além da produção de materiais didáticos a formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade. Para isso, entre outras ações, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) desenvolveu, a partir de 2005, o projeto Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual. No Caderno 4 produzido pela SECAD, na sua introdução:

> A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de

oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. (BRASIL, 2007. p. 9)

Através de cursos de formação e capacitação, que o governo propôs que fossem desenvolvidas por ongs, a afirmação de posturas de respeito às diferenças, em especial as relativas à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero seriam levadas às escolas.Tendo os professores/as desta escola pesquisada passado por uma capacitação sobre diversidade sexual, inserida no projeto federal Brasil Sem Homofobia, sua escola foi tomada como local para investigar propostas de implantação de projetos vindas de seus educadores/as, para trabalhar este assunto com seus alunos. A formação pela qual passaram os professores/as tinha como proposta que os/as participantes fossem multiplicadores/as em suas escolas de origem e desenvolvessem projetos, práticas com seus/suas colegas e alunos/as. De todas as escolas estaduais de Porto Alegre que participaram desta capacitação, esta escola foi a única que desenvolveu um projeto para discussão da diversidade sexual e homofobia, e fez um convite à ong para que eles desenvolvessem um trabalho com os/as alunos/as da escola, o que aconteceu.

Quando entramos em contato com as professoras para a realização da pesquisa, em 2007, sua escola passava por um processo de adaptação, uma professora, Juliana, estava se afirmando como travesti e isto estava trazendo a tona várias questões para a equipe diretiva e educadoras/es. A discussão sobre diferença e diversidade estava se dando na prática destes profissionais. Na primeira visita à escola a supervisora do Serviço de Orientação Escolar, SOE nos apresenta o projeto: Cuidando da Vida, que elaboraram para trabalhar as questões de preconceito. Abre a primeira gaveta da sua mesa e mostra a constituição, a lei estadual e uma publicação do PBSH: "*Está tudo aqui.*" No mural atrás de sua mesa um cartaz com o arco-íris falando de direitos da população LGBTT: *"E depois, aqui na escola tem a Juliana..."*

Observamos que o discurso dos direitos humanos e direitos sexuais estava presente e utilizado pelas professoras para justificar a presença e "aceitação" daquela profissional que poderia ser contestada, poderia "chocar" os pais e mães. Podemos observar ao longo de seis meses que transcorreram durante o trabalho de pesquisa de campo que esta professora adquiriu legitimidade de habitar o seu lugar de professora, e a instituição acolheu e tornou suas as reivindicações de direitos desta educadora. A professora Juliana estava incorporada à rotina da escola e apresentava-se uma consolidação da compreensão do direito desta professora em ser o que ela é. A equipe diretiva promoveu discussões e propostas pedagógicas tendo como tema a diversidade sexual:

"... durante o curso lá, a gente já trouxe esta proposta para trabalhar num projeto maior. E daí a gente começou a trabalhar. Então em julho de 2006, eu junto com a supervisão, nós já enfocamos este trabalho, foi um dia, um dia e meio de reuniões. Que foi muito bom, foi distribuído material, que eu trouxe de lá mesmo, da formação do Somos, e mais umas coisinhas que eu achei também, porque a gente começa a ler, começa a estudar um pouco, então...Foi muito bom." (Nádia- orientadora educacional)

A presença da Juliana no corpo de professores/as parece ter sido determinante para que a "*coisa não morresse*": "*Como aqui a gente tem a Juliana o pessoal já ficou mais disponível, até a comunidade, outro dia , na rua um pai me parou para perguntar dela, e era um pai dos pequenos, da pré-escola, nem era dos grandes, foi me perguntar.*" Mas antes disso já se tentava trabalhar o tema: "*Está nos PCNs, tem que trabalhar"*, a supervisora coloca: "é *para*

todos os professores trabalharem, é tema transversal". A professora de Ciências conta: "*Ah, eu trabalhei com eles sexualidade, trabalhei com os meus alunos".*

A experiência de ter uma professora *diferenciada* na escola possibilitou que várias outras situações que aconteciam, que existiam na escola, pudessem ser explicitadas, que se falassem das lésbicas que não eram nomeadas, nos conflitos referentes ao preconceito, etc. O fato de Juliana ser travesti tem colocado o assunto das sexualidades ditas diferentes ou marginais à tona e esta professora, juntamente com a supervisão pedagógica e o Serviço de Orientação Educacional (SOE), tem optado por não deixar o tema acontecer só de maneira informal, mas abordar de forma sistemática em forma de conteúdo previsto nas matérias.

Quando Juliana chegou na escola, se apresentou para trabalhar, algumas professoras mostraram receio de como ela, na época ele, poderia se adaptar na escola, naquele momento já havia um certo estranhamento, pois Júlio apresentou-se na escola com seu namorado ao lado, "*nunca escondeu que era gay*". A atual diretora, naquela época vice-diretora, colocou para as colegas que: "*Vamos dar uma chance, vamos ver no que dá....*" Não era novidade na escola professoras homossexuais, mas a postura sempre foi de discrição: "*Todos sabiam, de casais dentro da escola e pessoas que tinham seus parceiros fora da escola, porém nunca se falou abertamente sobre isso.*" Então a comunicação da Juliana que faria uma cirurgia, colocaria silicone, desestabilizou a equipe de profissionais: "*Naquela época a gente trabalhava com a constituição debaixo do braço, toda a equipe diretiva com a constituição embaixo do braço*." "*A gente não sabia o que vinha pela frente"*

As professoras que estavam na escola há mais tempo relatam outro momento em relação à visibilidade das sexualidades, onde isto ficava no implícito e o assunto não era conversado entre os/as educadores/as e não se pensava em levar esta discussão para dentro das salas de aula como conteúdo do currículo. Esta é uma possibilidade, um novo momento, bem recente na educação, onde este assunto ganhou uma legitimidade suficiente que permite que ele seja tratado como um conteúdo a ser trabalhado dentro do conceito de cidadania. Neste sentido é importante perceber que no contínuo das sexualidades ditas periféricas, as manifestações mais discretas tiveram seus espaços sem tantas intervenções ao contrário do caso de travestis e transgêneros que já chegam "fazendo bafo". Sua transgressão de fronteiras é explícita, está marcada no corpo e por vezes não permite a estratégia da homogeneização, o discurso da igualdade.

"A época que eu virei travesti, a diretora era a Vera, a Vera estava assim um pouco assustada e preocupada com a situação, não só ela como todo mundo assim, mas eu deixei bem claro assim, entreguei, entreguei a lei, aquela 11 mil...oito, meia dois, não sei, a lei estadual que trata da discriminação e do preconceito e disse: faça-se cumprir a lei, entreguei para ela, ela trabalhava com a lei em cima da mesa, qualquer pai que chegasse a lei tava ali, entendeu? Mas a lei vem para dar uma ajuda muito maior porque na época todo mundo tava bem assim...E eu tava decidida e tava esperando quem viesse, porque era uma questão de direito, de ir e vir, se tu prega isso, o direito dentro da escola, porque tu não vai usufruir do mesmo direito, então eu tava tranqüila, mas eu senti que tavam, as pessoas tavam meio apreensivas, principalmente a direção porque não sabia o que poderia acontecer, mas até hoje...Até hoje, sobre a questão da mudança, da transformação minha e tal, nunca nenhum pai veio falar e nunca nenhum pai veio reclamar na escola." (Juliana- professora)

O discurso jurídico parece ser central na legitimidade da reivindicação da professora Juliana e é amplamente usado por educadoras/es desta escola. O fato de estarem explícitos na

lei os direitos da livre expressão da sexualidade confere uma legitimidade que autoriza situações novas como a vivida nesta escola. Juliana percebe nos alunos um tratamento diferenciado que ela atribui a uma legitimidade devida ao amparo legal do qual alunos/as tem conhecimento: *"Se ofendem na minha frente, de bicha, boiola, veado, não sei o que, mas quando se trata da professora, ah, não! Respeito absoluto."*

"Eu acho que é por uma questão de poder, acho que tem, de certa forma tem essa questão de poder, a professora exerce uma posição, que eu acho que mesmo eles, às vezes, querendo agredir e tal, mas tem aquela coisa de ser, o respeito à professora, à lei...E teve muito forte isso, que a partir da lei, tu argumentar que tem uma lei, tu argumentar que se tem uma lei que te dá o direito, e que discriminação é crime, eles sabem que é, eles sabem que o preconceito por orientação é crime e tem uma lei que pune, é que nem a história das pichações, que eles vem dizer, a pichação é um crime, tem uma lei que diz que é crime, então quer dizer, é a mesma situação, sabe que pode ser punido. Porque teve isso comigo, por ter me ofendido, eu levei um aluno pro DECA[1], eu tirei da sala. Antes de eu ser travesti, ele me ofendeu, me chamou de gay, de um monte de coisa, não por ser gay, foi pela maneira que ele falou, na oitava série, quinze anos, ele sabia o que tava dizendo, então ele me ofendeu diante da turma toda. Eles até podem falar nas costas que tu sabe que eles dão uma faladinha, mas tu vê que daí em diante a coisa..." (Juliana- professora)

Nesta escola o PBSH[2] é percebido como uma iniciativa diferenciada, não é colocado juntamente com as outras iniciativas de intervenções institucionais nos temas de sexualidade, parece haver a percepção de um diferencial em relação aos projetos centrados na prevenção com enfoque no discurso da saúde, o diferencial que se mostra de início é o do discurso dos direitos humanos.

"Eu acho muito corajosa a iniciativa do governo federal do projeto Brasil Sem Homofobia, até porque nós temos todo um movimento da parada gay, Porto Alegre tem...Eu vejo que a própria cidade tem esses movimentos sociais que ajudam a mudar a visão das coisas, vejo que é importante, enfim é uma realidade mundial, o acho que o Brasil ta muito atrasado há necessidade de trabalhar o preconceito que tem em tudo, classe social, baixa escolaridade, eu vejo que o nosso é um lugar muito bom, pode-se trabalhar com isso, tentar..." (Nádia- orientadora educacional)

A *invenção* dos direitos sexuais esteve vinculada com a trajetória de reconstrução de leis nacionais e do paradigma dos direitos humanos a partir da perspectiva das mulheres. Mas, atualmente, há uma multiplicidade de sujeitos que demandam seus direitos no campo da sexualidade e que possuem reivindicações que nem sempre coincidem com a perspectiva feminista. No Brasil, este momento em particular permite que se olhe com mais proximidade para o *outro*, ele está mais próximo no sentido que está adquirindo uma maior visibilidade geral na sociedade, ele pode ser visto. A temática da diversidade sexual tem adquirido visibilidade na mídia, nos locais públicos e nas ações públicas. As conquistas jurídicas têm contribuído de uma maneira central para uma modificação do olhar dirigido a estes outros: "*no mínimo tem que respeitar...*"

---

[1] Delegacia Especial da criança e do adolescente.
[2] Programa Brasil Sem Homofobia

Percebemos que as professoras constroem estratégias para introduzirem questões que consideram pertinentes e buscam conquistar espaços pedagógicos: o projeto que foi elaborado para trabalhar as questões de preconceito foi redigido com o título: *Cuidar da vida*. Escolheram este título para não chocar com uma "coisa mais direta", então abordaram através da temática do meio ambiente e vida, abordaram o tema do respeito de forma mais geral. Este projeto é uma sugestão para os/as professoras/es trabalharem o tema do preconceito e que ainda está sendo utilizado. Quando o projeto foi elaborado a equipe diretiva não estava segura da receptividade dos temas ali colocados, optaram por um discurso de direitos humanos que pudesse dar conta de incluir a discussão da diversidade sexual.

Parece ter havido uma apropriação pelas professoras do discurso jurídico de direitos humanos e de direitos sexuais que estavam ausentes nas discussões de sexualidade até bem pouco tempo atrás onde o marco era da liberdade individual e do direito à privacidade. A equipe desta escola estadual se amparou no texto jurídico para legitimar sua ação, a conquista de direitos jurídicos se mostra fundamental para a garantia de espaços e legitimidade. O que era anteriormente defendido por justificativas mais humanitárias, agora adquire tom jurídico.

Os direitos sexuais são conquistas recentes e ainda muito relacionadas aos direitos reprodutivos, porém se mostraram como uma ferramenta importante utilizada por estes educadores e educadoras frente a esta situação presente na sua escola. Neste caso a inserção desta professora nesta instituição apresentava-se com um envolvimento afetivo e com um reconhecimento profissional na comunidade, que parece ter determinado um posicionamento de busca de legitimidade que foi baseado principalmente no discurso jurídico.

Participando da rotina desta escola pudemos perceber nos relatos e nas práticas um funcionamento diferenciado, uma mudança, parece uma modificação na maneira de se lidar com o que poderíamos chamar de fronteiras, que delimitam o possível, o estranho e mapeiam o que deve incluir-se e o que deve permanecer circunscrito ao terreno da estranheza e permanecer fora de visibilidade. Podemos dizer que é uma questão da descontinuidade histórica que está em jogo aqui. Não se trata de negar totalmente as continuidades, mas de dizer que há um momento de ruptura, e que esse momento está ligado a inúmeras práticas institucionais e relações de poder, a inúmeras condições de produção e de emergência de um determinado discurso. Este discurso não é entendido fora das relações que o fazem possível e a prática não deve ser entendida como a atividade de um sujeito, mas a possibilidade de constituição das regras e de condições materiais dentro das quais o sujeito constrói e coloca em funcionamento um discurso. O conceito de descontinuidade desenvolvido por Foucault (2002) propõe que os discursos emergem e se constroem e também rompem com uma determinada ordem de saberes, pois são práticas localizadas e temporais. O conceito de descontinuidade torna visível outras possibilidades de enunciados, de mudanças, permitindo investigar as lutas em torno das imposições de sentido. É tomando a subjetividade como um processo, como a forma como os indivíduos na sua relação com um determinado jogo de verdades, se constituem como sujeitos de uma conduta moral, que podemos pensar que esta constituição apresenta pontos em comum e divergências inseridos em suas culturas em temporalidades variadas. A experiência vivida é significada de diferentes formas e segundo valores próprios à época, à geração, à classe, à etnia, às relações de gênero,etc. A *transformação* de Juliana foi um processo que a comunidade escolar acompanhou, o que parece ter barrado de alguma forma o processo do total estranhamento, com o bizarro atribuído a esta transposição de fronteira. A escola no seu cotidiano foi conformando suas rotinas e códigos de maneira a incorporar este fenômeno, que na prática vai assumindo outro tom, não mais o do extraordinário. Juliana percebe a desacomodação que sua presença causa, sua história representa uma ruptura em

várias expectativas, inclusive no “mundo” das travestis, onde ela também foge a um padrão de pertencimento, o que faz uma professora neste mundo? Quando uma pessoa transita, se desloca pelos lugares marcados surge o estranhamento: não está no registro do esperado para uma travesti, sua trajetória causa espanto e desconforto, o que faz uma travesti na escola?

Referências Bibliográficas

BRASIL. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos SECAD 4**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.